



INFORMATIVO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ano I • Nº I • Junho de 2008

Paraíba

Moralidade administrativa

Em uma ação conjunta com o Ministério Público Eleitoral, o MP da Paraíba lançou o projeto CEMA e está realizando audiências públicas com gestores da coisa pública em defesa da cidadania, ética e moralidade administrativa.

.....Pág. 5

Caminhão-baú agiliza entrega de material nas Promotorias

.....Pág. 3



BULLYING
Um mal a ser combatido.

.....Pág. 6

Entrevista com Janete Ismael

Há duas décadas, o Ministério Público no Brasil ganhou funções mais ligadas aos cidadãos, graças à Constituição de 88, tornando-se uma instituição mais social. A Procuradora-Geral de Justiça da Paraíba, faz um balanço desses 20 anos.

.....Pág. 4



Quebra de cartel da gasolina

Operação do MP e PF garante mais economia para o consumidor e mais arrecadação para o Estado.

.....Pág. 7



ATENDIMENTO COM ARTE
Projeto diminui tensão em audiências.

.....Pág. 8

Instrumento de divulgação

Com o lançamento do Informativo Ministério Público PB, o Ministério Público da Paraíba insere em seu cotidiano um importante instrumento de comunicação já há muito utilizado em quase todos os Estados da Federação. A publicação de periodicidade mensal buscará, sobretudo, destacar as ações dos membros em suas diversas atividades, e da própria instituição.

A integração e a troca de informações entre os membros são também fortes destaques do informativo pioneiro.

O Ministério Público da Paraíba vem notadamente crescendo como instituição. Apesar das inúmeras vagas de Promotor de Justiça, o que em muito dificulta a atuação estadual, seus membros vêm desenvolvendo um esforço elogiável, tudo para que o serviço ministerial seja devidamente prestado em todas as comarcas do Estado. Não é uma tarefa fácil. Para suprir as lacunas ainda existentes em face da rígida legislação de responsabilidade fiscal, vários promotores, não raramente, são chamados ao exercício cumulativo de outras promotorias, sempre o fazendo de forma exaustiva porém competente e profissional, levando acima de tudo o bom nome da instituição perante a sociedade, destinatária maior do seu trabalho. Apesar de tudo, os obstáculos vêm sendo ultrapassados.

A instituição vem de forma continuada e ao longo de várias administrações sendo dotada de uma moderna estrutura física, seja com a construção de novas sedes de promotorias - devendo inaugurar nos próximos dias as de Cajazeiras e Santa Rita, bem como, iniciar a construção do anexo do edifício sede em João Pessoa - a compra de motocicletas para a execução das atividades diárias, mais notadamente as notificações oriundas do trabalho de curadoria, iniciando a entrega de material de expediente em todo o Estado, entregando novos computadores, tudo transportado pelo caminhão adquirido pelo MPPB ou, concluindo o projeto da rede de internet estadual.

Todo o esforço das administrações e de seus membros em construir um grande Ministério Público deve ser divulgado não somente no âmbito da instituição, mas de toda a sociedade organizada, dever constitucional e princípio básico da administração pública.

EXPEDIENTE

Procuradora-Geral de Justiça:
Janete Maria Ismael da Costa Macedo
Subprocurador-Geral de Justiça:
Paulo Barbosa de Almeida
Corregedor-Geral do Ministério Público:
José Roseno Neto
Secretário-Geral do Ministério Público:
Cláudio Antônio Cavalcanti

Jornalista Responsável:
Eloise Elane - DRT/PB- 2687/90
Registro nº 293
Integrantes da Assessoria de Imprensa do
MPPB: **Almira Félix, Lila Santos, Iris Porto**
Fotógrafo:
Adeilton Almeida
Projeto Gráfico e Diagramação:
Sebastian Fernandes - Registro nº 1.742
Impressão:
F&A Gráfica & Editora Ltda.

Ministério Público da Paraíba
Procuradoria Geral de Justiça
Rua: Rodrigues de Aquino, S/Nº, Centro,
CEP: 58.013-030 - João Pessoa-PB

Opinião

A questão da arma sem munição e o voto do Ministro Carlos Britto no HC 85.240/SP

Raniere da Silva Dantas*

Muito se tem falado e discutido ultimamente se o porte de arma sem munição é crime ou fato atípico. Os defensores da atipicidade da conduta alegam que, se a arma não contém munição e sem a possibilidade de imediato municiamento, não haverá a ofensividade e a lesividade necessárias à tipificação material. Tal entendimento foi, inclusive, o da composição antiga da 1ª Turma do STF, seguindo o voto condutor do então Ministro Sepúlveda Pertence (HC 81057/SP), não tendo sido alcançada, entretanto, naquela ocasião, a unanimidade.

Com boa parte dos atuais integrantes, o Pleno do Supremo chegou próximo a concluir um julgamento, analisando a fundo a questão. Todavia o Habeas Corpus foi considerado prejudicado (HC 85.240/SP). Deste julgamento, merece ser destacado o voto do Min. Carlos Ayres Britto, o qual, dissentindo de boa parte da doutrina nacional e do entendimento acima referido da 1ª Turma, posicionou-se pela tipicidade da conduta.

Dentre os muitos fundamentos utilizados em seu voto, inclusive a menção aos proto-princípios da dignidade da pessoa humana e da segurança pública, chamou-me atenção o item nº 15, onde o referido Ministro destacou a necessidade de "cortar pela raiz qualquer risco de constrangimento a quantos venham a perceber um indivíduo a transitar em meio à população, petulantemente, desafiadamente, com arma de fogo a tiracolo. Constrangimento que se traduz na mais acabruhante sensação de insegurança coletiva, pelo generalizado descrédito que se passa a ter na eficácia das próprias instituições juridicamente incumbidas de velar, justamente, pela ordem pública e pela incolumidade das pessoas e respectivos bens materiais".

Conhecedor da realidade social em que vivemos, o culto Ministro anteviu um sério risco à sociedade caso prevaleça o entendimento da atipicidade da conduta. É que, se não mais for considerado crime, a tendência será constantemente nos depararmos com considerável quantidade de pessoas portando armas de fogo nas ruas, talvez até de forma ostensiva, já que bastará estar com o registro da arma de fogo e sem munição para que ninguém possa importuná-las.

Com certeza, não é esse o futuro desejado pela sociedade brasileira, razão por que merece ser aplaudido e seguido o entendimento do Ministro Carlos Britto, o qual procedeu com maestria à incorporação da realidade ao processo de interpretação da norma jurídica.

*Raniere da Silva Dantas
é 4º Promotor de Justiça
de Sousa

MP adquire caminhão-baú para agilizar entrega de material no interior do Estado

O Ministério Público da Paraíba, visando agilizar a entrega de material de expediente

no interior do Estado, adquiriu um caminhão-baú, que tem percorrido as Promotorias de Justiça entregando, não só material de expediente, motos, móveis, como também, modernos equipamentos de informática. Já foram beneficiadas as promotorias de Boqueirão, Campina Grande, Picozinho, São João do Cariri, Serra Branca, Sumé, Patos, Souza, Cajazeiras, São José de Piranhas, Conceição e São Bento.

Os novos computadores fazem parte da extensão do projeto de melhoramento e informatização das Promotorias que integram a instituição ministerial no interior da Paraíba, compromisso assumido pela Procuradora-Geral de Justiça, Janete Israel.

Segundo a chefe do Ministério Público Estadual, a modernização do MP é fato concreto e vem sendo realizado de forma



Caminhão baú, recentemente adquirido, fez a entrega das máquinas, motores e material de expediente

que compreenda a plena informatização do órgão, a implementação do banco de dados, a modernização do setor de Recursos Humanos, "enfim todos os atos capazes de empreender ao Parquet celeridade e dinamismo", arrematou.

Conforme informações do Promotor de Justiça, Cláudio Antônio Cavalcanti, Secretário-Geral do MPPB, foi elaborado um cronograma de viagens que vai abranger de Cabedelo a Cajazeiras. Um calendário, que vai de maio a

novembro deste ano, já vem sendo cumprido, independente de solicitação de material por parte dos Promotores de Justiça. O caminhão-baú começou uma série de três viagens mensais. O estado foi dividido em micro-regiões para facilitar o abastecimento das promotorias.

A diretora administrativa, Valdênia Figueiredo, relatou que antes da aquisição do caminhão-baú a entrega de material às promotorias dependia de locação ou empréstimo de veículos transportadores

de outros órgãos. "Apesar da boa vontade desses órgãos, o pedido do Ministério Público ficava dependente da agenda do órgão emprestador, o que causava certa demora na entrega dos equipamentos nas sedes das promotorias", afirmou.

Antonio Vilar, motorista do Ministério Público da Paraíba, há 14 anos, fez a primeira viagem com o caminhão-baú para as promotorias de Itabaiana, Santa Luzia (Sertão) e Esperança, no Brejo paraibano. Já nesta viagem aos treze municípios, Vilar relatou que percorreu cerca de 1.500 km em dois dias.

Requisição de material via internet

Além da entrega sequencial feita com o caminhão-baú, os Promotores de Justiça também podem requisitar material de expediente pela internet através de formulário disponibilizado no site da Procuradoria Geral de Justiça.

Convênio entre Ministério Público e IDESC vai proporcionar digitalização das fichas de membros e servidores

O Ministério Público da Paraíba está fazendo um convênio com o Instituto de Desenvolvimento Econômico Sócio-Cultural para a digitalização de todas as fichas de membros e servidores da instituição de forma a informatizar todos os dados cadastrais. O convênio pretende, ainda, a modernização da Coordenação de Recursos Humanos.

Contatos entre o Senac e o Ministério Público estão sendo mantidos e um projeto foi elaborado e apresentado à Diretoria Administrativa do MP, após terem sido identificadas necessidades existentes na Coordenação de Recursos Humanos.



"Podemos identificar a emergente necessidade de implantação de uma dinâmica

de trabalho que utilize tecnologia de modo racional usando eficiência e eficácia das

ações dos Recursos Humanos", afirmou Edilmo Vieira, representante do Senac.

Janete Ismael

"Com a Constituição de 1988, o Ministério Público ganhou corpo e hoje a Instituição é mais social"

O ano de 2008 é emblemático para o Ministério Público. Marca duas décadas de uma Instituição fortalecida pela Constituição cidadã, promulgada em 1988. O Ministério Público, que na cena judiciária fazia uma ponta ou era mero coadjuvante, hoje tem o reconhecimento da sociedade. Sim, é uma Instituição que, como diz a Procuradora-Geral de Justiça, Janete Ismael, busca a defesa e a proteção da sociedade. No segundo biênio administrativo e faltando, ainda, 13 meses para deixar o cargo, a Procuradora-Geral demonstra o fôlego do primeiro dia de gestão. Da implantação do subsídio para Procuradores e Promotores de Justiça, passando pelo plano de cargos, carreira e salários dos servidores, até conquistas como a construção da sede própria de Carpina Grande, Janete Ismael diz, com extrema facilidade, as lutas vencidas e aponta os embates que está travando em prol da Instituição.

- Em outubro a Constituição completa 20 anos de promulgada. Houve realmente muitas mudanças?

- Claro, 20 anos da Constituição cidadã é um marco para o Brasil e para o Ministério Público. A Constituição trouxe novas atribuições para a nossa Instituição. Saímos da atribuição meramente processual, já que antes de 1988 o MP não tinha quase nenhum envolvimento social. A nova carta nos deu a oportunidade de trabalhar em favor e em defesa da sociedade com mais amplitude. Antes da Constituição cidadã, o Ministério Público tinha como vitrine o Tribunal do Júri. Defendíamos, sim, a sociedade ao deixar presas pessoas que cometiam crimes dolosos contra a vida e já naquela época tínhamos atribuições na área da infância e da família. Não era uma ação ampla como a de hoje. O fato é que, com a Constituição de 1988, o Ministério Público ganhou corpo e hoje a Instituição é mais social e busca a defesa e a proteção da sociedade. Atuamos com vigor na área do meio ambiente, do patrimônio público, da saúde, do consumidor, da infância e juventude e em vários outros setores.

- Mas em certas áreas a atuação do Ministério Público tem causado polêmica. A ação de retirar crianças da rua, por exemplo, foi bem sucedida?

- Essa é uma questão que precisa ficar bem clara. Normalmente se faz uma interpretação errônea com relação a atuação do Ministério Público na área da infância e juventude. Vou exemplificar: com relação a meninos de rua, muita gente acha que é atribuição do MP a retirada deles de locais públicos. Fizemos uma experiência, via Curadoria da Infância e Juventude, que tem como titular a Promotora de Justiça Soraya

Escorel, de retirar os menores que estavam trabalhando nos principais semáforos da Capital. Conseguimos parcialmente e constatamos que a maioria não era de João Pessoa, era de outras cidades e até de outros estados. Tivemos problemas seríssimos. Colocar onde essas crianças e adolescentes? Verificamos ainda que esses menores sofriam de um problema mais grave: a desestrutura familiar. Começamos a trabalhar as famílias, oferecemos cursos profissionalizantes e conseguimos êxito parcial. Várias crianças e adolescente voltaram para suas famílias, mas tivemos que fazer uma análise dessa ação e chegamos à conclusão de que o trabalho do MP não é organizar essas famílias, mas detectar o problema e exigir do poder público a execução da tarefa, que é proteger as crianças que estão nas ruas e oferecer condições às famílias para acolherem seus filhos. Vamos usar o instrumento legal da Ação Civil Pública que obriga o poder público a cumprir as tarefas que lhe são delegadas.

A Instituição tem dificuldades? Quais as principais?

- O Ministério Público encontra inúmeras dificuldades e a principal é de ordem financeira e orçamentária. A consequência é a falta de estrutura. Avançamos, melhoramos, crescemos, mas ainda estamos muito longe do ideal. Em relação ao Promotor de Justiça, por exemplo, já oferecemos estrutura física para o desempenho do trabalho, como casa do Promotor e sede do Ministério Público. Falta, ainda, o corpo técnico, de pessoal, para dar o suporte que o Promotor precisa. A Instituição atua hoje muito no combate à improbidade administrativa e os processos que envolvem atos de má utilização de recursos ou bens



públicos trazem dificuldade, porque todos têm a parte contábil, de orçamento, que o Promotor não domina. Então precisamos de técnicos especialistas nestas áreas para dar suporte aos Promotores quando da apreciação desses processos. Precisamos de assistentes sociais, de psicólogos, de engenheiros na área de meio ambiente para acompanhar as fiscalizações e as ações das Curadorias. Precisamos de laudos técnicos. Então a nossa dificuldade é de ordem financeira, material e pessoal.

- O que fazer, o MP está se mobilizando?

- Existe uma luta nacional do Ministério Público por um orçamento mais compatível com as ações da Instituição. O Conselho Nacional de Procuradores-Gerais tem lutado para elevar o percentual do Ministério Público no orçamento do Estado, que hoje é de 2% da receita do Poder Executivo. Essa é uma decisão política e em todo o Brasil as ações do Ministério Público não têm agradado os políticos. Com a obrigação de buscar a probidade administrativa, os Promotores e Procuradores têm denunciado muitos administradores. Então, não creio que haja simpatia em relação ao Ministério Público. Já que a chamada lei da mordida não foi aprovada, vai continuar imperando a lei do pouco dinheiro. Ou seja, com orçamento curto não temos estrutura para executarmos as ações que estão embutidas nesse aumento de atribuições.

Pareceres do Ministério Público em processos de 2º grau serão informatizados

A Diretoria de Apoio Funcional do Ministério Público da Paraíba está sendo informatizada e os Procuradores de Justiça levarão para as sessões das Câmaras Cíveis e Criminal, bem como do Tribunal Pleno, "notebook" com os pareceres nos processos de 2º grau digitalizados. O projeto já está em fase experimental com a Promotora Convocada Marilene Campos.

"O parecer digitalizado facilitou o nosso trabalho, pois não é preciso levar uma pasta cheia de papéis. Fica mais fácil e rápido para acompa-



Promotora Convocada Marilene Campos

nhar as leituras dos pareceres no note book e interagir com os magistrados durante o julgamento dos processos", afirmou a Promotora

de Justiça Convocada, e acrescentou que está solicitando ao setor de Informática do Ministério Público que dote o computador com os Códigos e leis atualizados para subsidiar as consultas.

De acordo com o Secretário-Geral do MPPE, Promotor Cláudio Cavalcanti, o projeto vai atender a uma resolução do Conselho Nacional do Ministério Público, para que os MPs utilizem, cada vez mais, a informática no dia-a-dia. "Vamos também ter uma maior economia de papel, pois os pareceres não precisarão ser impressos, e vamos economizar também espaço", afirmou.

Projeto CEMA orienta Gestores Públicos sobre como evitar a prática de desvio de finalidade em ações administrativas

Ano eleitoral e o Ministério Público da Paraíba já partiu na frente com a criação do CEMA, projeto que tem como proposta desenvolver ações em defesa da Cidadania, da Ética e da Moralidade Administrativa no âmbito da administração pública.

Através do CEMA, membros do Ministério Público, juntamente com o Procurador Regional Eleitoral José Guilherme Ferraz, vêm realizando audiências públicas com prefeitos, presidentes das Câmaras e vereadores de diversos Municípios das Regiões do Brejo, Sertão, Cariri e Litoral paraibano. Durante o evento os administradores públicos receberam orientações sobre como administrar, principalmente no período de eleições, evitando a prática de desvio de finalidade nas suas ações administrativas.

A primeira audiência pública do CEMA aconteceu em janeiro, na cidade de Guarabira, onde participaram representantes de cerca de vinte e dois Municípios da região do brejo. Além deles, participaram também a Procuradora-Geral de Justiça, Janete Ismael, José Guilherme Ferraz, Procurador Regional Eleitoral, o Corregedor-Geral do MP, José Roseano Neto, o Coordena-



Audiência do CEMA em João Pessoa

dor do 1º Caop, Hamilton de Souza Neves Filho, Promotores de Justiça, Secretários Municipais e advogados.

Segundo Janete Ismael, o Projeto CEMA, além de esclarecer os gestores públicos é importante também como forma de desfazer a imagem do Ministério Público como um órgão apenas punitivo e faz

parte do novo perfil da instituição: pedagógico.

"O Ministério Público é um órgão que protege a sociedade, é o fiscal da lei e como tal ele tem que estar ao lado dos gestores. Não apenas como um órgão punitivo, mas como orientador, assumindo um perfil pedagógico", afirmou Janete.



Procurador da República Guilherme Schelb, estudioso sobre bullying, foi um dos palestrantes

Evento reuniu centenas de profissionais na área da Educação, membros do MP, psicólogos, assistentes sociais, pais e alunos

Seminário sobre Bullying realizado na Paraíba pode resultar em livro

A PROPOSTA É DO CRIMINOLOGISTA E PROMOTOR DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, LÉLIO CALHAU

Mais de 800 pessoas entre promotores de Justiça, servidores do Ministério Público, profissionais da educação, psicólogos, assistentes sociais, pais e alunos das escolas estaduais, municipais e privadas da Capital discutiram durante

dois dias em João Pessoa um tema que tem despertado o interesse da sociedade: o Bullying Escolar.

Foi a primeira vez no Brasil que um evento conseguiu reunir de juristas a vítimas do bullying, passando por educadores a pais de alunos. O I Seminário Paraibano Sobre Bullying Escolar e Incentivo à Cultura de Paz foi promovido pelo Ministério Público Estadual.

Segundo a promotora Soraya Escorel, a intenção do Ministério Público foi mostrar à sociedade que o bullying não é brincadeira. "O assunto é tão sério, que se não for prevenido pode chegar até a tragédias. Após tomarmos conhecimento dos casos concretos que aconteceram em João Pessoa adotamos a iniciativa de trazer informações sobre o fenômeno, por meio do seminário, porque depois do conhecimento do problema vem a prevenção. A preocupação do MP não é com o hoje e sim com o amanhã", observou.

A Procuradora-Geral de Justiça, Janete Ismael, disse que o fenômeno bullying preocupa porque não está acontecendo somente na Capital ou em cidades populosas como Campina Grande, por exemplo, mas está chegando ao interior, a pequenas cidades.

"Sei que muitos casos sequer são informados, muitas pessoas ainda não se alertaram para a gravidade do problema".

Insegurança do envolvido

■ Ao proferir palestra sobre Bullying Escolar – Causas e Conseqüências Psicológicas, o professor e psicólogo José Augusto Pedro observou que há muita insegurança no envolvido com o bullying. A insegurança está atrelada a uma série de fatores gerados no próprio lar. "Segurança existencial, emocional e afetiva só tem quem se sente amado", disse. O psicólogo detalhou que num envolvimento bullying se percebe muita insegurança nos envolvidos. O agressor tende a ser muito inseguro; ele usa da sua inteligência e da liderança que tem. Geralmente são muito inteligentes, se saem bem de situações difíceis e são habilidosos em dar explicações e até mesmo na mentira. Conseguem persuadir, iludir e ludibriar e abusar do poder que detêm, mas por insegurança.

Ato ilegal

■ Uma pessoa que comete bullying está fadada a praticar crime no futuro. Esta é a constatação do criminologista e promotor de Justiça Lélcio Braga Calhau, durante o Seminário. "O bullying é um dos fatores que podem levar uma pessoa a se envolver com crimes. Não naquele momento, mas talvez num futuro". Lélcio Calhau revelou que o bullying é uma das atividades inseridas nos 90% dos crimes que nunca chegarão ao conhecimento da polícia. "Muitas vezes as pessoas nem reconhecem que isso é um ato ilegal", explicou, para acrescentar: "A nossa concepção sobre bullying vai partir do seguinte: a criminologia estuda a violência, o crime. Para que haja a punição e preciso identificar. Tem que saber o que é que causa isso".

De defensora a vítima

■ Assim começou a história da gaúcha Daniele Vuoto, estudante universitária de 23 anos, que passou por quatro escolas e em três sofreu bullying. "Tudo começou quando eu passei a defender os alunos que eu via que eram excluídos e humilhados. Então, a coisa se voltou contra mim", conta. Daniele lembra que o bullying começou a afetá-la de uma forma mais intensa aos nove anos de idade. Mas o caso se agravou dos 14 aos 16 anos, e ela saiu do colégio para fazer tratamento psicológico e psiquiátrico. Após o tratamento, Daniele Vuoto criou um blog, que já tem três anos (<http://nomorebullying.blog.ig.com.br/>), onde fala de tudo sobre bullying, dirigindo-se aos alunos, aos professores, aos pais, a ex-vítimas e a todos os interessados.

Gritos Silenciosos

■ A maioria das pessoas não sabe que é vítima de bullying. Sabe apenas que é discriminada e constrangida. É preciso que os pais e os profissionais estejam atentos aos sinais. O alerta é do Procurador da República, Guilherme Schelb, estudioso do bullying e autor do livro "Violência e Criminologia Infância-Juvenil". Segundo explicou, a criança geralmente grita inconscientemente revelando um abuso que ela não sabe que é abuso. "Ela muda o comportamento e age de uma forma diferente porque está submetida a um ambiente emocional que ela não sabe ainda o que é, mas revela através de uma palavra agressiva, de uma mudança de comportamento. Enfim, são sinais inconscientes que eu chamo gritos silenciosos", observou.



MP quebra cartel de gasolina na Paraíba

Trinta e dois milhões de reais a mais no bolso do consumidor. A fabulosa quantia é resultado da economia que os proprietários de automóveis do Estado fizeram com a quebra do cartel do combustível em operação realizada pelo Ministério Público Estadual, através do Gaeco - Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado, em parceria com a Polícia Federal e outras instituições. Se os usuários de veículos foram beneficiados, o mesmo pode-se dizer com relação ao Fisco Estadual que também passou a arrecadar mais a cada mês.

E estes não foram apenas os ganhos resultantes da operação 274. Recentemente, o MP, através da Procuradoria-Geral de Justiça firmou convênio de Cooperação com a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e a Polícia Federal para combate contínuo de cartelização no setor de combustíveis. Para a assinatura do convênio a Procuradora-Geral de Justiça, Janete Ismael recebeu em João Pessoa a secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Mariana Tavares e o Superintendente da Polícia Federal, Cláudio Gomes.

Durante a entrevista a Procuradora-Geral apresentou a denúncia, feita pelo Ministério Público, contra doze pessoas, resultado da Operação 274, que investigou a cartelização do preço dos combustíveis de João Pessoa.

"A assinatura deste convênio se reveste de uma importância muito grande para nossa instituição, já que temos a função fiscalizadora. É importante a cooperação do Ministério da Justiça neste trabalho, bem como, da Polícia Federal. O trabalho é recíproco, pois o objetivo, com a assinatura deste convênio, é no sentido de realizar novas operações de combate e defesa da ordem econômica do Estado, e conseqüentemente do país", afirmou, enfatizando ainda que "a Paraíba se orgulha do trabalho que prestou à sociedade com os resultados positivos da operação 274".



Cláudio Gomes, Janete Ismael e Mariana Tavares durante entrevista coletiva

Exemplo para o país

O Superintendente da Polícia Federal, Cláudio Gomes, elogiou o trabalho desenvolvido pelo MPPB, através dos membros do Gaeco - Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado. "Eles foram bem atuantes neste caso em que a palavra chave foi a integração entre Ministério da Justiça, Polícia Federal e Ministério Público. Se não houvesse essa integração o resultado não teria sido tão proveitoso e relevante para a sociedade paraibana", destacou.

A Secretária Mariana Tavares destacou o pioneirismo do Ministério Público da Paraíba. Disse que a Instituição escreveu uma página de cidadania ao conseguir quebrar o cartel na venda dos combustíveis. Segundo ela, a experiência da Paraíba vai servir para todo o país. "O cartel no Brasil, além de ser infração administrativa é também um crime. Por essa razão nós enxergamos

que o combate eficaz aos cartéis, na esfera administrativa e criminal, tem que ser visto como faces da mesma moeda e foi isso que fez a diferença neste caso".

O promotor de Justiça de Minas Gerais e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor, (MPCON), Amauri Artimos da Matta, acompanhou a solenidade. Ele veio a João Pessoa para conhecer o trabalho de quebra de cartel na venda de combustíveis, que será adotado em Minas. "A MPCON tem o prazer de estar nessa cerimônia para apoiar integralmente as medidas que foram adotadas na Paraíba e repassar a experiência deste Estado, com o apoio do Ministério da Justiça, para todos os Ministérios Públicos do nosso país, para que haja uma grande corrente que possa, em prol do consumidor, multiplicar a ação do Ministério Público da Paraíba", afirmou.

Cartel

O Ministério Público Estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado - Gaeco ofereceu, ao juízo da 9ª Vara Criminal da Capital, denúncia contra doze pessoas envolvidas na formação de cartel nos preços de combustíveis da Capital. Consta na denúncia que, diante de todas as provas cabalmente coletadas e incluídas no processo de investigação, através do inquérito policial federal, pode-se afirmar que proprietários de postos revendedores da área metropolitana de João Pessoa estavam atuando em conluio para comercializar combustíveis com preços iguais, previamente combinados, isso sob a influência de dirigentes da Aspetro/PB, da Ello-PUMA e da Rede Liberdade".

274

A Operação 274, batizada assim por causa do preço da gasolina comum praticado nos postos da região (R\$ 2,74), foi realizada em maio de 2007 na Capital paraibana e em Pernambuco e resultou em um total de 26 mandatos de busca e 16 mandados de prisão temporária cumpridos em cooperação com os Ministérios Públicos dos Estados da Paraíba e Pernambuco, Polícia Federal e Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE). Segundo cálculos da Secretaria de Direito Econômico, o cartel em investigação teria causado prejuízos anuais em torno de R\$ 32 milhões aos consumidores da Paraíba.

Promotoria de Guarabira implanta Projeto Cultural para melhorar atendimento ao público

ATENDIMENTO COM ARTE POPULAR. ESTE É O NOME DE UM PROJETO IDEALIZADO PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA MARINHO MENDES, QUE ESTÁ SENDO EXECUTADO NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CIDADE DE GUARABIRA. O PROJETO CONSISTE DE APRESENTAÇÕES CULTURAIS QUE ACONTECEM ENQUANTO AS PESSOAS ESPERAM PARA SER ATENDIDAS NA PROMOTORIA.

“A idéia partiu do momento em que observamos os vários problemas das pessoas que procuram o Ministério Público. Vimos que a alma é a parte mais angustiada dessas pessoas. Então, escutar músicas ajuda a resolver as querelas, principalmente na área criminal, pois quando entram para ser atendidas, já estão com os espíritos desarmados”, disse Marinho Mendes.

Ele explicou também que após a implantação deste projeto já foi detectado que as confusões diminuíram e ficou mais fácil administrar os problemas que surgem, além das próprias pessoas acharem interessante.

O Promotor disse ainda que o trabalho desenvolvido na Promotoria de Guarabira requer uma vontade de ajudar, de contribuir e se doar para resolver os problemas.

“Nós atendemos em média uma faixa de 100 a 120 pessoas por dia. Em muitos casos, as pessoas preferem procurar o MP à própria Polícia e o Judiciário. Somos muito procurados. A cada dia que passa cresce mais a procura pela Promotoria. Nós fazemos aqui um trabalho de conciliação”, explicou o Promotor, enfatizando que faz 10 anos que atua como Promotor Criminal do Juri em Guarabira.

Além da apresentação de repentistas, de músicos, o projeto proporciona também teatro, poesias e cordel. Para Josenilda Borges, que, enquanto aguardava para ser atendida, escutava um repentista, o projeto está sendo ótimo, pois tem melhorado bastante o atendimento. “A música acalma bastante. É um momento para agente refletir sobre o nosso dia-a-dia”, disse.



Promotor Marinho Mendes

Projeto Cine Direito promove capacitação, lazer, integração e cultura para membros e servidores do MPPB

Um projeto que promove a capacitação e integraliza membros e servidores do Ministério Público da Paraíba, além de promover a cultura. Este é o Cine Direito, idealizado e organizado pelo Centro de Aperfeiçoamento Funcional – CEAF e pela Fundação Escola Superior do Ministério Público – Fesmpip, que vem realizando sessões com filmes brasileiros para procuradores, promotores e servidores do MP. As sessões, sempre lotadas, estão sendo realizadas nos auditórios da sede da Procuradoria-Geral de Justiça e da Fesmpip.

“A intenção nossa em criar o Cine Direito foi para promover a capacitação e integralizar membros e servidores do MP, além de proporcionar cultura através da exibição de filmes. Sempre serão abordados temas jurídicos onde, antes de cada exibição, um Promotor ou um convidado discute sobre o assunto abordado no filme”, expli-



cou a Promotora Fabiana Maria Lobo, Diretora do Ceaf.

O primeiro filme exibido foi “Anjos do Sol”, que marcou o lançamento do projeto. O filme, que foi doado ao MP pelo Ministério da Justiça, tratou sobre a exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes. Após a exibição a Promotora Fabiana Lobo fez um debate sobre a exploração sexual de menores. Na sequência do Cine Direito foram exibidos os filmes “O Sol é para todos”, que pôs em pauta a discussão sobre o racismo e “12 Homens e uma sentença”, que abordou questões jurídicas.